



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.**

1 Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos,  
2 reuniu-se, na modalidade remota (via *Google Meet*), o Conselho Universitário (Consuni) da  
3 Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), sob a presidência da Reitora, **Ludimilla**  
4 **Carvalho Serafim de Oliveira**, para deliberar sobre a pauta da terceira reunião ordinária de dois mil  
5 e vinte e três. Estiveram presentes os conselheiros representantes docentes: Centro Multidisciplinar  
6 de Angicos (CMA): **Francisco Edcarlos Alves Leite** e **Samuel Oliveira de Azevedo**; Centro  
7 Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Hudson Pacheco Pinheiro** e **Daniel Freitas Freire Martins**;  
8 Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **José Flávio Timoteo Júnior**; Centro de Ciências  
9 Exatas e Naturais (CCEN): **Kátia Cilene da Silva Moura** e **Midiã Medeiros Monteiro**; Centro de  
10 Ciências Agrárias (CCA): **Daniel Valadão Silva** e **Rui Sales Júnior**; Centro de Ciências Biológicas e  
11 da Saúde (CCBS): **Lázaro Fabrício de França Souza** e **Sidnei Miyoshi Sakamoto**; Centro de  
12 Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **Ulisses Levy Silvério dos Reis** e **Ângelo**  
13 **Magalhães Silva**; Centro de Engenharias (CE): **Rodrigo Nogueira de Codes** e **Alexandre José de**  
14 **Oliveira**; Representantes técnico-administrativos: **Maria Kaliane de Oliveira Morais**, **Gilcilene Lélia**  
15 **Souza do Nascimento** e **Jalmir Dantas de Araújo**; Representantes discentes: **Ana Flávia Oliveira**  
16 **Barbosa de Lira** e **Pedro Victor Cavalcante Santos**; Representante da comunidade: **Paulo**  
17 **Caetano Davi**. Conselheiros com falta não justificada: Cláudio de Souza Rocha e Guilherme  
18 Jarentchuk. **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre as atas da 3ª reunião  
19 extraordinária de 2022, da 2ª reunião ordinária de 2023 e da 2ª reunião extraordinária de 2023.  
20 **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre solicitação de retificação de prazo de período de  
21 afastamento, conforme Processo nº 23091.016385/2022-12. **Terceiro ponto:** Apreciação e  
22 deliberação sobre a composição para o Conselho Editorial da Editora da Universidade Federal Rural  
23 do Semi-Árido - Edufersa, encaminhada via Memorando Eletrônico nº 137/2023 - GAB. **Quarto**  
24 **ponto:** Apreciação e deliberação sobre os Processos nº 23091.007164-2021-80, 23091.006540-  
25 2022-47 e 23091.010939-2022-02, que tratam sobre alienação de bens (doação), encaminhados via  
26 Memorando Eletrônico nº 36/2023 - Proad. **Quinto ponto:** Apreciação acerca dos esclarecimentos  
27 solicitados pela Resolução nº 24, de 23 de fevereiro de 2023, do Consuni da Ufersa, enviados por  
28 meio do Memorando Eletrônico nº 140/2023 - GAB. **Sexto ponto:** Outras ocorrências. PRIMEIRA  
29 SESSÃO. Tendo constatado quórum legal, a presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim**  
30 **de Oliveira**, declarou aberta a reunião, fez a leitura da pauta e colocou-a em discussão; logo após,  
31 solicitou a inclusão do seguinte ponto na pauta: "Apreciação e deliberação sobre solicitação de  
32 prorrogação de afastamento, conforme Processo nº 23091.004514/2021-44". O conselheiro **Sidnei**  
33 **Miyoshi Sakamoto** sugeriu que, sendo aprovado este ponto solicitado, ele deverá se alocar no quinto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

34 ponto da pauta; conseqüentemente, o quinto ponto da pauta passaria a ser o sexto, que por sua vez,  
35 passaria a ser o sétimo. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou  
36 em votação a proposta da inclusão do ponto na quinta posição da pauta, que foi aprovada por  
37 unanimidade. Na seqüência, a pauta com alterações foi votada e aprovada por unanimidade.  
38 **PRIMEIRO PONTO.** A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em  
39 discussão o primeiro ponto de pauta; sem colocações, a ata da 3ª reunião extraordinária de 2022 foi  
40 votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e duas abstenções; em seguida, colocou em  
41 discussão a ata da 2ª reunião ordinária de 2023. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** disse que  
42 deveria ser alterada a informação contida na terceira linha da ata, pois o mês em que a reunião  
43 ocorreu foi em fevereiro, não em março como foi colocado; nas linhas 117 e 120, solicitou que o ano  
44 fosse alterado para “2023”, pois era o período que estava sendo analisado. Sem mais colocações, a  
45 presidente do Conselho colocou em votação a ata da 2ª reunião ordinária de 2023, que foi aprovada  
46 por unanimidade. Para finalizar, colocou em discussão a ata da 2ª reunião extraordinária de 2023;  
47 sem colocações, a ata foi votada e aprovada com dezesseis votos favoráveis e duas abstenções.  
48 **SEGUNDO PONTO.** A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou  
49 em discussão o segundo ponto de pauta. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** questionou se  
50 entre o período de 20 de fevereiro de 2023 (data autorizada para o início do afastamento) e 20 de  
51 março de 2023 (nova data de início solicitada) o servidor Emanuel Kennedy Feitosa Lima exerceu  
52 suas atividades na Ufersa, pois gostaria de saber se a data inicial do afastamento poderia ser  
53 alterada sem que o docente pudesse ser prejudicado. O conselheiro **Lázaro Fabrício de França**  
54 **Souza** respondeu de forma positiva ao questionamento do conselheiro. Sem mais colocações, o  
55 ponto foi votado e aprovado por unanimidade. **TERCEIRO PONTO.** A presidente do Conselho,  
56 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em discussão o terceiro ponto de pauta; como não  
57 houve colocações, a votação foi realizada e o ponto foi aprovado por unanimidade. **QUARTO**  
58 **PONTO.** A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, informou que iria  
59 realizar a discussão dos processos de forma separada, iniciando pelo Processo nº 23091.007164-  
60 2021-80. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** comentou que, nos pareceres dos três  
61 processos, consta que serão comprados novos veículos para suprir as necessidades dos que seriam  
62 doados. Com isso, indagou como estava o andamento dessa compra. A presidente do Conselho,  
63 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, respondeu que esses veículos citados fazem parte da frota  
64 das onze caminhonetes que já estão circulando na Ufersa e explicou que os outros veículos foram  
65 substituídos porque já eram considerados antieconômicos. A conselheira **Midiã Medeiros Monteiro**  
66 comentou que, no parecer da comissão de um dos processos, consta que a frota ainda não tinha  
67 chegado, porém a reitora afirmou que sim, que a frota já chegou. Assim como, também consta que a  
68 frota não era suficiente para a demanda; então, questionou se já existe frota suficiente para a  
69 demanda e quais são os critérios que definem o termo “antieconômico”; pois, no referido parecer, é  
70 citado que os veículos possuem mais de 10 anos de uso, todavia não se sabe se este ponto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

71 realmente torna os veículos antieconômicos, já que o tempo é relativo, e em se tratando do modelo  
72 S10, talvez não seja. Disse, também, que o parecer menciona que foram realizados 33 serviços de  
73 manutenções em todas as categorias, mas dependendo da quantidade de frotas, não é considerada  
74 uma demanda tão alta. Questionou, ainda, qual é o motivo de as doações serem feitas para as  
75 prefeituras, enfatizando que ficou surpresa com o fato de elas mesmas terem solicitado, pois nunca  
76 tinha visto isso anteriormente; além disso, indagou se esse era mesmo o melhor destino que a  
77 Universidade podia dar a estes veículos. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**  
78 **Oliveira**, explicou que não foi a Universidade que escolheu, foram as prefeituras que enviaram os  
79 pedidos de doações. Disse que, no caso de Angicos, existem atividades de extensão relacionadas  
80 diretamente com a Universidade, e a prefeitura não possui veículos disponíveis para realizar algumas  
81 das atividades. Dessa forma, os veículos doados seriam importantes para melhoria no atendimento; e  
82 esta situação se estende para os municípios de Angicos, Caraúbas e Serra de São Bento. Para  
83 maiores esclarecimentos, solicitou a participação com fala do servidor, chefe do Setor de Transportes,  
84 Hermes Luiz Goes de Medeiros, que foi votada e aprovada por unanimidade. O conselheiro **Daniel**  
85 **Freitas Freire Martins** disse que sentiu falta de um parecer dos *campi* na documentação, pois, em  
86 uma reunião passada, o conselheiro José Flávio Timoteo Júnior solicitou, no ponto “Outras  
87 Ocorrências”, uma verificação sobre a possibilidade de manter o veículo do modelo S10 no *campus*  
88 Pau dos Ferros após a notícia da aquisição da nova frota de picapes; dessa forma, citou algumas  
89 utilidades do veículo nos *campi*, como poda de plantas, recolhimento e transporte do lixo. A  
90 presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, esclareceu que também gostaria  
91 de ter permanecido com os veículos, pois todos os *campi* solicitaram a permanência, mas só foi  
92 possível realizar a substituição dos veículos, sem a permanência dos demais, assim como foi  
93 confirmado no parecer da Procuradoria. O conselheiro **Daniel Freitas Freire Martins** pontuou que, no  
94 parecer do procurador, página 254 da pasta da reunião, no processo referente à prefeitura de  
95 Angicos, foi citada a prefeitura de Caraúbas, quando, na verdade, o correto seria a de Angicos. O  
96 conselheiro **Alexandre José de Oliveira** observou que, coincidentemente, as únicas três prefeituras  
97 que solicitaram os veículos possuem relações com a Ufersa, e que não há solicitações de outras  
98 prefeituras; desse modo, indagou se essas prefeituras em questão foram beneficiadas com  
99 informações privilegiadas e, se a Ufersa publicizou de fato a realização dessas doações (para que  
100 outros municípios pudessem solicitar), o porquê da inviabilidade econômica desses veículos para a  
101 Ufersa (mas não para outros entes públicos) e o motivo de esses veículos não terem sido leiloados  
102 juntamente com os outros, já que a Ufersa tem diversos problemas de orçamento, assim como todos  
103 os entes públicos. O convidado **Hermes Luiz Goes de Medeiros** esclareceu que as 33 manutenções  
104 citadas anteriormente foram referentes somente à categoria “picape cabine dupla”, e afirmou que  
105 esses veículos não ofereciam mais nenhum tipo de segurança de deslocamento, pois, muitas vezes,  
106 não chegavam às cidades de destino, mesmo tendo acabado de passar pelo serviço de manutenção.  
107 Dessa forma, devido a grande demanda de serviços de manutenção, os veículos se tornaram



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

108 antieconômicos. Em relação ao questionamento sobre a doação não ser destinada aos *campi*,  
109 esclareceu que a compra não foi permitida, apenas a realização da substituição; ademais, disse que  
110 existem duas formas de desfazimento do bem, sendo elas: a doação para outro ente público ou  
111 leilão/alienação, por fim, colocou que só foram recebidas solicitações formais pelos municípios de  
112 Caraúbas, Angicos e Serra de São Bento. A conselheira **Midiã Medeiros Monteiro** perguntou ao  
113 convidado Hermes Luiz Goes de Medeiros em quantos veículos foram feitos os 33 serviços de  
114 manutenções. O convidado **Hermes Luiz Goes de Medeiros** respondeu que os serviços foram  
115 realizados nas 11 picapes. O conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo**, representante do Centro  
116 Multidisciplinar de Angicos (CMA), registrou que o município de Angicos havia solicitado outras coisas  
117 também, inclusive a doação de outros veículos ao governo do estado, argumentando que os  
118 municípios são um tanto desassistidos. Disse que, há pouco mais de um ano, o município recebeu a  
119 doação de uma caminhonete da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que estava inservível para  
120 eles, mas que, para Angicos, estava sendo de grande utilidade, inclusive para atendimento na zona  
121 rural. Portanto, colocou que os municípios têm sido parceiros e que os veículos seriam muito úteis  
122 para as suas demandas. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**,  
123 corroborou com a fala do conselheiro Jalmir Dantas de Araújo sobre a parceria e o apoio que as  
124 prefeituras dão aos *campi*. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite**, representante do Centro  
125 Multidisciplinar de Angicos (CMA), também corroborou com a fala do conselheiro Jalmir Dantas de  
126 Araújo; disse que entende que os processos estão adequados, porém poderiam conter mais  
127 informações, por exemplo, o quantitativo dos gastos com os serviços de manutenção, pois 33  
128 serviços de manutenções em 11 veículos não é muito, dependendo dos valores que foram gastos e  
129 do intervalo de tempo em que isso ocorreu. Além disso, colocou que não entende o motivo de uma  
130 instituição precisar se desfazer de um bem para poder adquirir outros. Logo mais, questionou qual o  
131 motivo de a prefeitura de Pau dos Ferros não estar sendo contemplada nesta doação, pois a Ufersa  
132 também possui um *campus* no município. Para finalizar, sugeriu que a Ufersa abrisse um edital para  
133 que outras instituições também possam concorrer a esta doação. O convidado **Hermes Luiz Goes de**  
134 **Medeiros** pontuou que, desde o ano de 2020, somente a Ufersa conseguiu comprar veículos  
135 automotivos no Brasil, e relatou que, nesse processo, foi realizada uma justificativa acerca da  
136 necessidade da aquisição de novos veículos, que foi acatada pelo procurador, mas com a ressalva de  
137 que não poderia haver um acréscimo no capital da Universidade, ou seja, os bens não poderiam ser  
138 aumentados, mas a renovação da frota poderia ser realizada, desde que fosse de acordo com o que  
139 foi dito anteriormente. Sendo assim, disse que, ao se fazer um trabalho deste tipo, não poderia ser  
140 pensado apenas em podas de plantas ou coletas de lixo, mas, sim, em um contexto geral. Sobre a  
141 publicização, disse que desconhece o entendimento de que a Universidade precisa fazer isso; e  
142 acrescentou que a Ufersa já se beneficiou de doações da Advocacia-Geral da União (AGU), que, por  
143 sua vez, não valeram a pena, já que os veículos não tiveram utilidade. Por fim, explicou que as 33  
144 ordens de serviços para manutenções dos veículos ocorreram somente no ano de 2020 e que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

145 custaram diversos valores distintos. O conselheiro **José Flávio Timoteo Júnior** questionou se havia  
146 critérios para selecionar os veículos que seriam doados, dos que iriam para leilão; e colocou que o  
147 veículo que era do *campus* Pau dos Ferros não entrou para o leilão, mas que sabia que estava em  
148 perfeitas condições de uso, mesmo já sendo utilizado há mais de 10 anos, o que o tornava mais  
149 lucrativo no leilão. Além disso, ainda questionou o motivo de não ter sido aberto um edital de doação,  
150 pois Pau dos Ferros teria interesse. O convidado **Hermes Luiz Goes de Medeiros** respondeu que os  
151 três melhores veículos foram selecionados para doação, isto porque o Governo não tem interesse em  
152 arrecadar dinheiro com o desfazimento de bens inservíveis, ou seja, o leilão precisa ter preços  
153 módicos para atrair o interesse de terceiros, e também se deve pensar na utilização e manutenção  
154 desses veículos por outros entes públicos. O conselheiro **Samuel Oliveira de Azevedo** sugeriu a  
155 designação de uma comissão para emitir uma Resolução a fim de que as próximas doações sejam  
156 claras e transparentes. A conselheira **Midiã Medeiros Monteiro** propôs a rejeição desta doação  
157 conforme solicitado em pauta, para designar uma comissão para que seja publicado edital de doação  
158 desses três veículos. O conselheiro **José Flávio Timoteo Júnior** destacou que a prefeitura de Pau  
159 dos Ferros também tem uma ótima parceria com a Ufersa. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves**  
160 **Leite** corroborou com a proposta do conselheiro Samuel Oliveira de Azevedo, de que o  
161 encaminhamento seja referente às próximas doações, e não para essas que estão sendo pautadas; e  
162 registrou que a prefeitura do município de Angicos é merecedora, assim como, acredita que os de  
163 Caraúbas e Pau dos Ferros também sejam. Ademais, solicitou que os processos sejam votados  
164 separadamente, pois declarou que votará de forma contrária ao processo referente à prefeitura de  
165 Serra de São Bento, visto que considera que o “bem” será mais bem aproveitado se for doado para a  
166 prefeitura de Pau dos Ferros. O convidado **Hermes Luiz Goes de Medeiros** informou que duas  
167 caminhonetes não foram arrematadas no leilão, uma S10 e uma *Ranger*, logo, disse que os  
168 representantes poderiam questionar a prefeitura de Pau dos Ferros se havia o interesse em  
169 formalizar a doação, e, assim, seriam doados os veículos para cada cidade dos *campi*. A presidente  
170 do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, disse que seria interessante, mas este  
171 Conselho deveria ponderar algumas questões, como: a parceria que é necessária existir em cada  
172 município e sobre a situação específica de Serra de São Bento, pois os alunos em sua grande  
173 maioria residem na zona rural e estão com dificuldades para realizar o deslocamento necessário; e  
174 ressaltou que as solicitações só vieram das prefeituras de Angicos, Caraúbas e Serra de São Bento,  
175 mas como ainda existe a disponibilidade de duas caminhonetes, as doações podem ser realizadas,  
176 assim como o Conselho decidir. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** pontuou que a proposta da  
177 conselheira Midiã Medeiros Monteiro seria a mais adequada e que, historicamente, a Ufersa enfrenta  
178 um problema quando o assunto se trata de transportes – do seu uso, das solicitações, da qualidade  
179 da frota, etc. –, e, durante os anos, percebeu-se que este debate se resume em dois pontos, sendo: a  
180 legalidade advinda da Procuradoria e uma questão meramente técnica. Mas, apesar disso, colocou  
181 que a sua fala irá se voltar para um lado político, pois os procedimentos que são realizados (leilões e





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

182 doações) não devem ser feitos por meio de uma simples comunicação telefônica, já que a ação está  
183 sendo tratada sobre um patrimônio público que não pertence a ninguém. Logo, endossou a proposta  
184 da conselheira por concordar ser a proposição mais clara e democrática, além de que, a sua  
185 concretização por meio de um edital não trará nenhum custo para a Ufersa. A presidente do  
186 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou que, para um parecer emitido pela  
187 Procuradoria Federal ser contestado, a contestação deve vir com fundamentos maiores, melhores e à  
188 luz de uma questão legal, pois nenhum parecer advindo da Procuradoria Federal é baseado em  
189 “achismos”, mas, sim, com fundamentos legais. Acrescentou que uma coisa é existir o entusiasmo  
190 político, mas Advocacia-Geral da União (AGU) foi criada para orientar a Gestão Pública de um modo  
191 geral. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** destacou que a AGU se fortalece através da clareza  
192 democrática, e que nem este Conselho nem a atual Gestão se baseiam em “achismos”; portanto, o  
193 Consuni existe para dialogar com outras instituições públicas, dentre elas, a Procuradoria Federal –  
194 que possui uma relação saudável com este Conselho –, mesmo com alguns pareceres sendo  
195 rejeitados anteriormente. Por isso, o objeto discutido não se trata da qualidade do parecer, mas da  
196 procedência da doação dos bens públicos da Universidade. Sendo assim, para fugir dos “achismos”,  
197 reiterou que a proposta sugerida anteriormente pela conselheira Midiã Medeiros Monteiro seria a mais  
198 viável; também relatou o caso de um transporte que estava destinado ao curso de Licenciatura  
199 Interdisciplinar em Educação do Campo, mas este nunca foi utilizado dentro da Ufersa, logo, reforçou  
200 que essas situações devem ser evitadas. O conselheiro **Sidnei Miyoshi Sakamoto** defendeu que a  
201 proposta da conselheira Midiã Medeiros Monteiro resolveria a questão imediata sobre a doação  
202 desses veículos, e também sugeriu que o texto, que foi utilizado no edital, deveria servir como base  
203 para que a proposta do conselheiro Samuel Oliveira de Azevedo seja contemplada, visto que as duas  
204 propostas são complementares uma à outra. Desse modo, reforçou que a sugestão da conselheira  
205 deveria ser aprovada, mas com o pensamento na elaboração de uma Resolução para solucionar as  
206 próximas questões desta natureza. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** questionou se já havia  
207 alguma Resolução na Universidade que tratasse sobre os transportes. O conselheiro **Sidnei Miyoshi**  
208 **Sakamoto** respondeu que não sabia informar. O conselheiro **Paulo Caetano Davi** relatou que, ao ter  
209 conhecimento sobre a doação de veículos que a Ufersa estava realizando, pensava que se tratava de  
210 uma adoção, devido às condições que os veículos se encontravam, mas foi visto que as prefeituras  
211 se interessaram por esses bens. Diante disso, questionou quais foram os critérios utilizados para  
212 doação dos três veículos, como acerca do valor, capacidades, etc. E finalizou corroborando com a  
213 proposta do conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite, que seria aprovar os processos tal-  
214 qualmente como está posto, como também, considerar a possibilidade da inserção de mais um  
215 veículo, logo após, o Conselho pode deliberar acerca dos outros encaminhamentos realizados. A  
216 presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, organizou a votação de acordo  
217 com as propostas dos conselheiros, que seria o encaminhamento do conselheiro Samuel Oliveira de  
218 Azevedo contra o encaminhamento da conselheira Midiã Medeiros Monteiro e, logo após, caso a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

219 proposta do conselheiro seja aprovada, votam-se os processos de forma isolada. A conselheira **Midiã**  
220 **Medeiros Monteiro** colocou que a sua proposta não é contrária ao encaminhamento do conselheiro  
221 Samuel Oliveira de Azevedo, sendo assim, discordou que a votação fosse realizada dessa maneira.  
222 O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que a proposta da conselheira, caso seja aprovada,  
223 definirá o ponto, com isso, o Conselho deve primeiro votar a viabilidade desta proposta e, caso seja  
224 reprovada, devem ser votados os outros encaminhamentos. O conselheiro **Samuel Oliveira de**  
225 **Azevedo** explicou que o seu encaminhamento está no sentido de aprovar o ponto neste momento,  
226 assim como está posto, e, posteriormente, criar uma normativa destinada às próximas doações.  
227 Sobre a publicização, a presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, relatou  
228 que, no dia 29 de janeiro de 2022, foi publicada uma matéria pela Assessoria de Comunicação  
229 (Assecom) na página da Ufersa, a saber: “Com 8 caminhonetes, Ufersa começa renovar a frota de  
230 veículos”; e leu o que foi colocado pelo chefe do Setor de Transportes da época, Hermes Luiz Góes  
231 Medeiros: “Os veículos atuais têm cerca de 10 anos de uso e mais de 400 mil quilômetros rodados.  
232 Temos um alto número de manutenções corretivas e também muitas ocorrências de “pregos” na  
233 estrada. Essa conquista muito esperada e que representa mais segurança para os condutores e  
234 usuários”. Logo adiante, falou sobre a questão dos leilões: “Os novos veículos vão beneficiar os  
235 quatro campi da Ufersa, com Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros recebendo um veículo. Outro será  
236 destinado para as atividades da Fazenda Experimental Rafael Fernandes e os outros quatro vão ficar  
237 no Campus Sede. Os carros antigos vão a leilão.”; logo, colocou que os carros recebidos foram  
238 amplamente publicizados. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** colocou que uma coisa é informar  
239 que ocorrerá o leilão, outra coisa é disponibilizar as informações necessárias para a participação das  
240 entidades, uma vez que, adotando esta medida, ocorrerá de fato uma juridificação da publicização.  
241 Dessa forma, disse que a fala da presidente do Conselho vem reforçar a proposta da conselheira  
242 Midiã Medeiros Monteiro; já que houve uma divulgação, frisou que seja feito um edital como uma  
243 maneira de processo legítimo, coerente e reconhecido. O conselheiro **Pedro Victor Cavalcante**  
244 **Santos** concordou com as colocações do conselheiro Ângelo Magalhães Silva e da conselheira Midiã  
245 Medeiros Monteiro; reforçou que o Conselho está exercendo a governança da destinação do bem  
246 público e a proposta da conselheira é essencial para garantir os princípios da administração pública.  
247 A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação a proposta  
248 da conselheira Midiã Medeiros Monteiro (A) contra a proposta do conselheiro Samuel Oliveira de  
249 Azevedo (B). A proposta (A) obteve dezoito votos, enquanto a proposta (B) obteve seis votos; sendo  
250 assim, a proposta da conselheira Midiã Medeiros Monteiro foi aprovada com dezoito votos. O  
251 conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** questionou se a contagem da votação estava correta, pois a  
252 soma dos votos totaliza vinte e quatro participantes. A secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados,  
253 **Éricka Tayana Lima Bezerra**, corrigiu o resultado da votação, ficando da seguinte forma: a proposta  
254 do conselheiro Samuel Oliveira de Azevedo obteve seis votos e a proposta da conselheira Midiã  
255 Medeiros Monteiro foi aprovada com dezesseis votos. **QUINTO PONTO.** A presidente do Conselho,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

256 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em discussão o quinto ponto de pauta. O  
257 conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** relatou que a servidora em questão solicitou o afastamento  
258 no ano de 2021, e este foi aprovado para o período de 10 de junho de 2021 até o dia 31 de março de  
259 2023, sendo aprovado somente até esta data porque as documentações do Programa de Pós-  
260 graduação só comprovaram a existência do vínculo até o mês de março; porém, a solicitante  
261 conseguiu uma prorrogação do período até o mês de junho de 2023 por meio do histórico. Desse  
262 modo, como a Resolução Consad/Ufersa nº 003/2018 expressa que o prazo máximo para  
263 afastamento de mestrado é de 24 meses, a servidora está solicitando a extensão do prazo para  
264 concluir o prazo previsto na normativa. Portanto, o afastamento só pode ser autorizado até a data de  
265 09 de junho de 2023 e não até o dia 30 de junho, assim como havia sido solicitado. Sem mais  
266 colocações, a presidente do Conselho colocou em votação o quinto ponto de pauta, que foi aprovado  
267 por unanimidade. **SEXTO PONTO.** A presidente do Conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de**  
268 **Oliveira** colocou em discussão o sexto ponto de pauta. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira**  
269 agradeceu aos conselheiros que confiaram na sua proposta para que este ponto fosse debatido; logo  
270 após, solicitou que os conselheiros acessassem a ata da 9ª Reunião Ordinária de 2022, mais  
271 especificamente entre as linhas 101 a 104, e a ata da 4ª Reunião Extraordinária de 2022, nas linhas  
272 200 e 201. Em seguida, relatou que este Conselho foi convocado para algumas reuniões  
273 extraordinárias com o intuito de tratar sobre a criação do curso de Arquitetura, nestas reuniões,  
274 ocorreram falas acerca dos onze códigos de vagas que haviam sido negociados e destinados  
275 exclusivamente para este curso no *campus* Mossoró; porém, na página 328 da pasta, está posto no  
276 segundo parágrafo: “2. *De início, cumpre informar que os recebimentos dos códigos de vagas foram*  
277 *decorrentes da Portaria nº 1.054, de 24 de dezembro de 2021, do Ministério da Educação, que*  
278 *encaminhou um total de 20 cargos da carreira de Professor do Magistério Superior.”. Logo, constata-*  
279 *se que foram ditas algumas inverdades para este Conselho, pois não foi repassado de fato como as*  
280 *coisas ocorreram na Universidade, conforme demonstram os próprios documentos do Ministério da*  
281 *Educação (MEC) e da Ufersa; pontuou que considera esse tipo de atitude muito grave. O conselheiro*  
282 **Francisco Edcarlos Alves Leite** relatou que realizou alguns questionamentos na 9ª Reunião  
283 Ordinária de 2022, acerca da criação do curso de Arquitetura, que não foram respondidos, mas  
284 considerou importante a documentação de tudo o que foi solicitado à época, além de que, algumas  
285 falas ditas não resultaram no que foi dito que ocorreria. Lembrou que a criação do curso de Direito no  
286 *campus* Pau dos Ferros está sendo debatida desde o ano de 2016, então questionou se não  
287 existiriam as vagas deste curso. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que sempre será a  
288 favor da criação de qualquer curso, mas não é por este motivo que se deve aceitar qualquer tipo de  
289 condição que seja colocada. Relatou que o debate acerca da criação do curso de Arquitetura iniciou-  
290 se no seu departamento e, na época, manifestou-se a favor deste encaminhamento, pois a situação  
291 do curso no *campus* de Pau dos Ferros estava pacificada, assim, com uma proposta política-  
292 pedagógica diferente – com o foco no Urbano –, o curso no *campus* Mossoró seria interessante, mas





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

293 as condições para o seu funcionamento deveriam ser apresentadas. Fortaleceu a fala do conselheiro  
294 Alexandre José de Oliveira, pois foi dito pela Gestão que os onze códigos de vagas só estariam  
295 destinados ao *campus* Mossoró caso o curso fosse aprovado, e essa situação surgiu como um tom  
296 de ameaça e constrangimento para este Conselho, sendo assim, questionou o conselheiro Alexandre  
297 José de Oliveira qual a proposta que o Conselho poderia acatar a partir de agora. Posteriormente,  
298 relatou sobre o diálogo que existiu para a criação do curso de Direito no *campus* Pau dos Ferros;  
299 citou o surgimento do novo polo de Educação a Distância (EaD) da Ufersa, e, com isso, questionou  
300 quais as medidas que este Conselho deve tomar diante de todos esses constrangimentos. A  
301 conselheira **Midiã Medeiros Monteiro** relatou que, anteriormente, havia questionado sobre a  
302 distribuição das vagas e, também, se era competência da Gestão distribuí-las, e a resposta foi que  
303 isso se tratava de uma decisão unilateral da gestão; diante da afirmativa, naquele momento, disse  
304 que votou de forma contrária à proposta da solicitação dos esclarecimentos que foi realizada, embora  
305 reconheça que o assunto seja relevante, disse que considerou a resposta obtida, pois a discussão  
306 não cabia naqueles moldes. Sendo assim, questionou onde está posto que cabe à Gestão realizar a  
307 distribuição dos códigos de vagas, pois, de acordo com o inciso XI do Art. 58 do Regimento Interno,  
308 está posto: “*tomar, em casos excepcionais, decisões ad referendum do Consad, do Consepe e do*  
309 *Consuni, vedados os casos relativos ao estabelecimento de normas, atos eleitorais, alterações de*  
310 *Resoluções, Regimento e Estatuto, distribuição de vagas de docentes, devendo submeter tais*  
311 *decisões, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data do ato, ao respectivo Conselho, para a*  
312 *devida apreciação,*”, e quando se lê as competências do Consepe, dos Centros, do Conselho de  
313 Centro e Departamentos, nota-se que o Regimento menciona que compete a essas instâncias tomar  
314 decisões em relação à distribuição de vagas. Por isso, questionou onde poderia ser localizada a  
315 legalidade desses processos. O conselheiro **Sidnei Miyoshi Sakamoto** corroborou com as  
316 colocações do conselheiro Ângelo Magalhães Silva e disse que uma parte do que foi solicitado por  
317 este Conselho não foi atendida, que seria uma justificativa da determinação que as 11 vagas  
318 deveriam necessariamente ir para o curso de Arquitetura; mas colocou que, ao reler a redação de  
319 como o ponto foi aprovado, notou que existiu uma margem que permitiu que a Progepe apresentasse  
320 os esclarecimentos da forma como estão colocados. O conselheiro **José Flávio Timoteo Júnior**  
321 esclareceu que existe uma comissão destinada à criação do curso de Direito no *campus* Pau dos  
322 Ferros, mas aconteceram algumas questões e o curso não foi aberto; além de que,  
323 concomitantemente, também existia uma comissão estudando a possibilidade da criação do curso de  
324 Medicina, mas por conta de algumas inviabilidades, a discussão também ficou meio esquecida e,  
325 durante esse tempo, ocorreu todo um debate acerca da criação do curso de Arquitetura, onde foi dito  
326 que os códigos de vagas estariam destinados para este fim. Desse modo, disse que gostaria que  
327 fosse discutida a forma da distribuição das vagas do curso no *campus* Mossoró, para que ficasse  
328 equalizado com o curso de Arquitetura já existente e não ocorresse um desequilíbrio entre os dois,  
329 mas, por outras razões, este ponto não foi discutido; e logo após a este episódio, os códigos de vagas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

330 foram redistribuídos sem nenhum estudo prévio, então questionou se já existia um planejamento para  
331 o uso dessas vagas, caso o curso de Arquitetura não fosse aberto. Finalizou relatando a situação de  
332 uma servidora e solicitou que as informações fossem discutidas de forma clara, para que as notícias  
333 possam ser repassadas de forma coerente à comunidade. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira**  
334 pontuou que, na página 328 da pasta, está posto no final do 3º parágrafo do documento:  
335 *“Inicialmente, os referidos códigos foram para o Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas –*  
336 *CCSAH, como não foi aprovado o referido curso neste Centro, os códigos foram redirecionados para*  
337 *o Centro de Engenharias.”*, porém o ponto não foi reprovado no Departamento, apenas retirado da  
338 pauta, logo, este deveria ter permanecido no mesmo local, todavia a Gestão Superior retirou os  
339 códigos de forma arbitrária e o departamento não conseguiu discutir o ponto. Lembrou que em  
340 nenhum momento o Consuni reprovou a criação do curso de Arquitetura, o ponto foi apenas retirado  
341 da pauta por conta das solicitações que foram feitas e não foram atendidas, além de que, não foram  
342 atendidas porque não estavam pactuadas – assim como está comprovado nos documentos –; então,  
343 louvou a este Conselho que, em sua maioria, retirou de pauta a criação do curso de Arquitetura da  
344 forma como estava sendo proposto para Mossoró. No entanto, chamou a atenção sobre o ponto em  
345 si, uma vez que a discussão não está voltada à criação/não criação do curso de Arquitetura e nem  
346 para a destinação das vagas; mas para os questionamentos realizados e que não foram devidamente  
347 respondidos, tal como: “quais foram os critérios adotados para cada destinação de vaga?”, foi enviado  
348 somente o destino dos códigos, porém, este Conselho aprovou que todas as questões deveriam ser  
349 explicadas. Portanto, como servidor público, disse que se entristecia muito com as inverdades que  
350 foram ditas e posteriormente comprovadas nas documentações e com a forma de como o Conselho  
351 foi pressionado para aprovar inverdades. Com isso, questionou se essa conduta de um servidor  
352 público – dirigente de uma Universidade – de fazer colocações não verdadeiras em um Conselho  
353 Superior é razoável, pois, no seu entendimento, não é. Dessa forma, é justamente isso que deve ser  
354 discutido, visto que os esclarecimentos não foram dados e o que foi enviado comprovou o que já  
355 estava sendo dito, ou seja, tratava-se de inverdades. Em relação aos encaminhamentos, sugeriu que  
356 fosse encaminhada a criação de uma comissão para realizar uma apuração quanto à  
357 responsabilização da Gestão sobre inverdades ditas neste Conselho acerca da origem das 11 vagas  
358 que eram destinadas ao curso de Arquitetura. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho**  
359 **Serafim de Oliveira**, informou ao conselheiro Alexandre José de Oliveira que o ponto foi aprovado da  
360 seguinte maneira: “Apreciação acerca dos esclarecimentos solicitados pela Resolução nº 24, de 23  
361 de fevereiro de 2023, do Consuni da Ufersa, enviados por meio do Memorando Eletrônico nº  
362 140/2023 - GAB.”, então, encaminhamentos não podem ser realizados, pois o ponto não inclui  
363 deliberações, apenas apreciação. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** questionou o motivo e  
364 onde estava posta esta informação. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**  
365 **Oliveira**, repetiu o que foi dito anteriormente, e disse que diversos pontos já foram somente  
366 apreciados sem nenhuma deliberação, logo, qualquer encaminhamento que for realizado dentro deste



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

367 ponto será eminentemente contestado pela presidente com a responsabilização dos conselheiros.  
368 Portanto, caso deseje realizar algum encaminhamento, o ponto deve ser solicitado na próxima  
369 reunião com a seguinte redação: "Apreciação e deliberação". O conselheiro **Alexandre José de**  
370 **Oliveira** questionou novamente onde estava descrita essa informação, pois o Conselho não pode  
371 apenas ouvir e acreditar. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**,  
372 respondeu ao conselheiro Alexandre José de Oliveira que a pauta foi colocada em discussão e não  
373 houve nenhuma modificação do ponto e não existe deliberação em apreciação, porém isso não  
374 significa que não pode ser apurado, mas, sim, a apuração pode ser feita em qualquer órgão de  
375 instância, mas, nesta reunião, não será encaminhada. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva**  
376 parabenizou novamente o Conselho por trazer discussões desta natureza e disse que esse tipo de  
377 debate irá crescer cada vez mais, pois o contexto agora é de luta permanente contra o fascismo nas  
378 Universidades. Diante de todo o diálogo, questionou a presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho  
379 Serafim de Oliveira, enquanto reitora, quais eram as considerações que ela tinha a explicar para toda  
380 a comunidade acadêmica e externa, em relação às colocações que foram ditas pelos conselheiros. A  
381 presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, respondeu ao conselheiro Ângelo  
382 Magalhães Silva que não estava onde está para satisfazer a ninguém, mas para cumprir o seu  
383 trabalho como gestora pública, e todas as explicações que foram possíveis, já foram dadas por  
384 escrito, sendo assim, não possui mais nada para acrescentar. O conselheiro **Francisco Edcarlos**  
385 **Alves Leite** questionou a presidente do Conselho se não seriam esclarecidas todas as colocações  
386 que foram questionadas acerca dos códigos de vagas, da pactuação, etc; disse que o Conselho irá  
387 insistir nas respostas necessárias, pois as explicações enviadas por escrito não satisfizeram a alguns  
388 conselheiros. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, informou que,  
389 devido ao horário, o último ponto "Outras ocorrências" ficará para uma segunda sessão que será  
390 marcada. A conselheira **Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira** disse que, além de o histórico  
391 demonstrar uma falta de respeito com este Conselho, essas atitudes também foram replicadas na  
392 comunidade acadêmica e externa que, em especial, foi enganada por meio de manchetes, com o  
393 intuito de se criar uma celeuma em torno do debate de que a Ufersa iria perder códigos de vagas;  
394 mas que, na verdade, esses códigos foram negociados entre a Associação Nacional dos Dirigentes  
395 das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Ministério da Educação (MEC), então,  
396 assim como já foi exposto, não existia nenhuma relação do que foi dito em reuniões anteriores. O  
397 conselheiro **Alexandre José de Oliveira** reiterou as solicitações e os pedidos de esclarecimentos,  
398 pois explicar somente em um "papel" é uma falta de respeito com este Conselho e com os servidores.  
399 Desse modo, reiterou que as explicações devem ser feitas para este Conselho, mesmo para o que  
400 seja inexplicável. Disse que toda a situação era lamentável para a Ufersa, mas este ponto voltará em  
401 reuniões posteriores e com encaminhamentos; ademais, solicitou que ficasse registrado em ata que  
402 foram solicitadas explicações por diversos conselheiros, mas que a professora Ludimilla Carvalho  
403 Serafim de Oliveira não esclareceu. A presidente do Conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

404 **Oliveira** solicitou que fosse registrado não somente em ata, mas para todos os telespectadores, que  
405 a documentação foi encaminhada com base nas perguntas que foram feitas nas reuniões anteriores,  
406 assim, qualquer outro questionamento que for realizado será respondido à medida que for solicitado.  
407 Com isso, reforçou para a comunidade acadêmica que todas as explicações solicitadas estão  
408 documentadas na pasta. Sem mais colocações, a presidente do Conselho avisou que a reunião  
409 estava suspensa e seria concluída em outro momento. SEGUNDA SESSÃO. A segunda sessão  
410 ocorreu aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil vinte e três, às quatorze horas, também na  
411 modalidade híbrida. Constatado o quórum legal, a presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho**  
412 **Serafim de Oliveira**, confirmou a presença dos que estavam na primeira sessão e, em seguida,  
413 iniciou a discussão no ponto "Outras ocorrências". SÉTIMO PONTO. O conselheiro **Rodrigo**  
414 **Nogueira de Codes** pontuou que, durante o período de um mês, esta já é a quarta reunião que  
415 ocorre às quintas-feiras no período da tarde, com isso, solicitou que houvesse uma alternância maior  
416 nos horários das reuniões, assim como é realizado inicialmente na aprovação dos calendários.  
417 Registrou que, no dia 29 de março, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino  
418 Superior (Andes), por meio do deputado Tarcísio Motta, entregou um projeto de lei que sugere  
419 regulamentar as eleições nas Universidades Federais, com o intuito de garantir que o reitor (a) eleito  
420 (a) seja nomeado, garantindo também a autonomia e a democracia das Universidades; compartilhou  
421 também que o reitor eleito da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf),  
422 Telio Nobre Leite, foi nomeado no dia de hoje (06), logo, desejou muito sucesso em sua gestão. Por  
423 fim, relatou que o Centro de Engenharias foi o primeiro a realizar suas eleições para a nova  
424 composição do Consuni, e agradeceu aos seus pares pela votação expressiva e por ter se  
425 classificado em 1º lugar com 66 votos, que representa 70% dos votos. Agradeceu também à  
426 comissão pela condução dos trabalhos e finalizou reforçando as suas intenções sob o Conselho,  
427 sendo: contribuir com a Universidade, ampliar o diálogo, levar as demandas do Centro e da  
428 Universidade como um todo, e trabalhar com muita seriedade, prezando pela autonomia universitária  
429 com responsabilidade e transparência. Parabenizou também os seus colegas do Centro de  
430 Engenharias que participaram do pleito e desejou uma boa eleição para os demais centros. A  
431 conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** informou que ainda haverá a eleição da categoria dos  
432 Técnicos-administrativos para a composição do Consuni, e a sua realização foi postergada devido à  
433 inoperância do SigEleição, por isso, deve ser realizada posteriormente com a participação efetiva de  
434 todos. Registrou também, com muita alegria, que um grupo de dez servidores se candidatou para  
435 fazer parte deste Conselho, então, para a categoria, isso é motivo de muita felicidade. Registrou que,  
436 no mês de maio, haverá o congresso do Confasubra, que tem o intuito de nortear as políticas da  
437 federação para com as pautas, juntamente com as negociações e demandas do governo e informou  
438 que, do dia 17 ao dia 20, haverá rodadas de assembleias nos *campi* para eleição dos delegados que  
439 representarão a categoria. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** disse que gostaria de fazer  
440 uma explicação do por que foi solicitado aquele ponto de pauta na 2ª Reunião Ordinária e na primeira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

441 sessão desta reunião. Com isso, iniciou colocando de forma modesta que, dentre os conselheiros, ele  
442 se identifica como o que mais estuda a área de gestão, pois há muito tempo ministra aulas nos cursos  
443 que formam gestores, quais sejam: Administração e Engenharia de Produção. Portanto, todos os  
444 posicionamentos e questionamentos são levantados em nome da boa administração e baseados nas  
445 teorias de William Edwards Deming. Explicou que, segundo este autor, existem dois tipos de erros  
446 que não podem ser cometidos, que são: erros tipo 1 (quando a Gestão traz um resultado advindo de  
447 um processo especial, mas ele é tratado como normal) e erros tipo 2 (quando algo ocorre de acordo  
448 com o seu processo normal, mas, mesmo assim, são feitos questionamentos). Logo, conclui-se que,  
449 para a Gestão, quando alguma coisa é considerada “comum”, isso deve ser encarado normalmente,  
450 mas quando é algo anormal, isso deve ser denunciado e combatido, para que não se perdue. E  
451 complementou dizendo que, por este motivo, realiza muitos questionamentos durante as reuniões e,  
452 por esse mesmo motivo, solicitou a inclusão do ponto de pauta, pois toda essa situação é tratada  
453 (escrita e falada) como se fosse algo comum dentro da Universidade, mas não é. Colocou que a sua  
454 solicitação foi no sentido de buscar uma explicação dos motivos pelos quais haviam sido destinados  
455 os 11 códigos de vagas para o curso de Arquitetura, pois já ocupou o cargo de Pró-reitor de Gestão  
456 de Pessoas e sabia como esses processos eram tratados dentro da Ufersa. Acrescentou que, na  
457 verdade, foi solicitada uma coisa e foi enviada outra, e com essas informações, a equipe da Gestão  
458 atual acabou entregando que a reitora havia mentido neste Conselho, por isso, é necessário que o  
459 Consuni não normalize causas advindas da anormalidade. Atentou que, na primeira sessão desta  
460 reunião, houve uma tentativa de doar alguns veículos da Instituição, e foi relatado por um conselheiro  
461 que, apesar de um dos carros serem do ano de 2023, ele estava em perfeito estado, e passou  
462 despercebido pelo conselho que era justamente essa caminhonete que estava sendo destinada para  
463 o município de Serra de São Bento. Desse modo, questionou se as coisas estavam ocorrendo  
464 realmente como deve ocorrer na Universidade. Compartilhou que a CNN Brasil colocou que o  
465 promotor de Nova York reproduziu a seguinte frase: “*Não normalizaremos conduta criminosa, não*  
466 *importa quem você seja*”, com isso, repetiu que as coisas erradas não devem ser normalizadas.  
467 Compartilhou também que o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, deu um depoimento em que ele  
468 afirmou à Polícia Federal que só tomou conhecimento que havia recebido umas joias avaliadas em 16  
469 milhões de reais um ano depois do recebimento. Em seguida, reproduziu uma fala de Jesus Cristo:  
470 “que seu sim seja sim” no sentido de falar sempre a verdade, pois o cidadão íntegro tem que ser  
471 reconhecido por sua verdade, e disse à presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de  
472 Oliveira, que as explicações sobre os códigos de vagas devem ser dadas. Por fim, relatou que, após  
473 a autoconvocação realizada por este Conselho, da 5ª Reunião Extraordinária, vieram alguns  
474 documentos anexos que lhe citam, dentre eles, alguns e-mails que foram trocados à sua época como  
475 Pró-Reitor. Portanto, acabou sendo exposto de tal maneira, mas disse para todos que, sempre que  
476 quiserem e acharem pertinente solicitar esclarecimentos, que solicitem, pois todas as informações  
477 serão dadas. Em relação à fala do conselheiro Alexandre José de Oliveira, a conselheira **Kátia Cilene**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

478 **da Silva Moura** pediu para que fosse registrado em ata que, caso seja solicitada mais alguma  
479 inclusão de ponto de pauta nas próximas reuniões, relacionadas à prestação de esclarecimentos  
480 sobre distribuição de códigos de vagas, a Progepe anterior à vigente, deveria apresentar o seu fluxo e  
481 quais eram os seus procedimentos, para que os trabalhos sejam comparados com o da gestão atual.  
482 Em relação aos informes, parabenizou o campus Angicos pela cerimônia realizada para a entrega da  
483 comenda “Mérito de Paulo Freire” para os homenageados. Informou que a proposta do Calendário  
484 Acadêmico 2023 continua em consulta pública até o próximo domingo; seguidamente, parabenizou os  
485 cursos de Pedagogia, Letras - Língua Portuguesa e Ciência da Computação, que alcançaram o  
486 conceito preliminar de curso superior ao da média nacional para os cursos das respectivas áreas. O  
487 conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** agradeceu ao Conselho pela aprovação da proposição  
488 apresentada pelo *campus* Angicos, em relação à medalha de Paulo Freire que foi entregue aos  
489 monitores da prática pedagógica, além dos ex-alunos que também foram homenageados. Registrou,  
490 ainda, que a democracia deve ser sempre respeitada, por isso comentou também sobre a nomeação  
491 do reitor eleito da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Telio Nobre  
492 Leite. Nada mais havendo a discutir, a presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**  
493 **Oliveira**, agradeceu a presença de todos os conselheiros e deu por encerrada a reunião. E eu,  
494 **Éricka Tayana Lima Bezerra**, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que  
495 após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia vinte e oito de julho de dois mil e vinte e três,  
496 segue assinada pela Presidente do Consuni, pelos demais Conselheiros presentes a esta reunião e  
497 por mim. XXXXXXXXXXXX

**Presidente:**

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira \_\_\_\_\_

**Representantes docentes:**

**Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA):**

Francisco Edcarlos Alves Leite \_\_\_\_\_

Samuel Oliveira de Azevedo \_\_\_\_\_

**Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC):**

Hudson Pacheco Pinheiro \_\_\_\_\_

Daniel Freitas Freire Martins \_\_\_\_\_

**Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF):**

José Flávio Timoteo Júnior \_\_\_\_\_

**Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN):**

Kátia Cilene da Silva Moura \_\_\_\_\_

Midiã Medeiros Monteiro \_\_\_\_\_

**Centro de Ciências Agrárias (CCA):**

Daniel Valadão Silva \_\_\_\_\_

Rui Sales Júnior \_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

**Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS):**

Lázaro Fabrício de França Souza \_\_\_\_\_

Sidnei Miyoshi Sakamoto \_\_\_\_\_

**Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH):**

Ulisses Levy Silvério dos Reis \_\_\_\_\_

Ângelo Magalhães Silva \_\_\_\_\_

**Centro de Engenharias (CE):**

Alexandre José de Oliveira \_\_\_\_\_

Rodrigo Nogueira de Codes \_\_\_\_\_

**Representantes técnico-administrativos:**

Jalmir Dantas de Araújo \_\_\_\_\_

Gilcilene Lélia Souza do Nascimento \_\_\_\_\_

Maria Kaliane de Oliveira Morais \_\_\_\_\_

**Representantes discentes:**

Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira \_\_\_\_\_

Pedro Victor Cavalcante Santos \_\_\_\_\_

**Representante da comunidade:**

Paulo Caetano Davi \_\_\_\_\_

**Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:**

Éricka Tayana Lima Bezerra \_\_\_\_\_